



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Of. nº 027/2021/GPBCN

Bom Despacho, 1º de fevereiro de 2.021

À Excelentíssima Senhora
Maria Klésia de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro
35600-0000 – Bom Despacho-MG

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos da Lei Complementar nº 1, de 18 de maio de 2.005, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social Municipal e o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Bom Despacho – BDPREV

Senhora Presidente,

As alterações constantes no projeto em epígrafe tratam-se de adequações da legislação municipal à Emenda Constitucional nº 103/2.019.

Considerando que o Município possui deficit atuarial, as contribuições previdenciárias patronais e de servidores ativos, não poderão ser inferiores à contribuição dos servidores em atividade da União, sendo esta fixada em 14% (quatorze por cento).

Tal alíquota será também aplicada sobre os proventos de aposentadorias e pensões que excederem o teto máximo do RGPS, atualmente fixado em R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos).

Portanto, não houve mudança na forma de tributar as remunerações e proventos, apenas a elevação da alíquota de 11% (onze por cento) para 14% (quatorze por cento), conforme estatuiu o § 4º do art. 9º c/c caput do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103/2.019.

Na oportunidade, esclarecemos não haver possibilidade de utilizar a alíquota progressiva. Pois, para isso, o Município deverá referendar integralmente as regras de aposentadorias e pensões aplicáveis aos servidores da União, além de revogar as regras de transição previstas nas Emendas Constitucionais nº 41/2.003 e 47/2.005, bem como revogar a imunidade tributária prevista no § 21, do art. 40, da Constituição Federal/88, que ainda estão vigentes para o Distrito Federal, Estados e Municípios.

Destarte, estamos na expectativa da aprovação da PEC Paralela, que trata de regras de aposentadorias e pensões específicas para tais entes, a fim de avalizar todas as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2.019.

Ademais, o principal objetivo da Reforma Previdenciária é a redução do deficit atuarial, no qual, considerando as remunerações de contribuição de nossos servidores, o resultado da alíquota progressiva é inferior ao da alíquota única de 14% (quatorze por cento), sendo inviável atuarialmente.

As outras modificações trazidas no projeto de lei referem-se às revogações dos dispositivos da legislação pertinente ao auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

família, que passaram a ser de responsabilidade do ente federativo desde a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 e, não mais do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, haja vista que tal regime poderá conceder apenas aposentadorias e pensões, conforme § 2º do art. 9º da mesma emenda.

A adequação na legislação municipal se faz necessária para fins de comprovação junto à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a qual editou a Portaria SEPRT/ME nº 1.348/2019 e fez constar o prazo até 31 de julho de 2020 para adequação à Emenda Constitucional 103/2019:

Art. 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo até 31 de julho de 2020 para adoção das seguintes medidas, em cumprimento das normas constantes da Lei nº 9.717, de 1998, e da Emenda Constitucional nº 103, de 2019:

I - comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho:

a) da vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS, para atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, aos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 1998, e ao inciso XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008;

É necessário registrar que o prazo citado acima foi prorrogado até 31 de dezembro de 2020, conforme Portaria nº 18.084/2020, com redação dada pela Portaria nº 21.333/2020, *in verbis*:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2020, exclusivamente para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, de que trata o inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, o prazo para a comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho das medidas de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I art. 1º da Portaria nº SEPRT 1.348, de 3 de dezembro de 2019.

Ademais, tal comprovação é necessária para a emissão e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento necessário para celebrar convênios com a União.

O projeto também corrige mero erro material cometido no art. 72 da Lei Complementar nº 01/2005.

Assim, encaminho o anexo Projeto de Lei, o qual submeto à apreciação dos nobres vereadores, com a certeza de rápida aprovação, uma vez que os objetivos visados pelo projeto de lei proposto são de interesse público.

Atenciosamente,

Bertolino da Costa Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei Complementar nº ____/2021

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 18 de maio de 2.005, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social Municipal e o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Bom Despacho – BDPREV, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso V do art. 87 da Lei Orgânica do Município, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2.019;

Art. 1º Fica referendado integralmente o art. 149 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2.019, conforme inciso II do art. 36 da mesma emenda.

Art. 2º O art. 1º da Lei Complementar nº 1/2.005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Previdência Social Municipal, organizada na forma desta Lei, tem, por fim, assegurar a seus beneficiários os meios indispensáveis à sua manutenção, por motivo de invalidez, idade avançada, tempo de contribuição e morte.”

Art. 3º O art. 72 da Lei Complementar nº 1/2.005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72 Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto nos incisos I e II do artigo 70, respectivamente, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.”

Art. 4º Os incisos I, II e §§ 4º, 5º do art. 82 da Lei Complementar nº 1/2.005 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 (...)

I – contribuição dos servidores inativos e pensionistas equivalente a 14% (quatorze por cento) incidente sobre a parcela dos benefícios que supere o valor de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos);

II – contribuição dos servidores ativos equivalente a 14% (quatorze por cento) incidente sobre a remuneração de contribuição;

§ 4º Os servidores afastados por incapacidade temporária para o trabalho e salário-maternidade, contribuirão para o BDPREV com os mesmos percentuais do servidor ativo em exercício.

§ 5º Caberá ao Órgão Empregador a contribuição de sua responsabilidade incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos respectivos segurados afastados por incapacidade temporária para o trabalho e salário-maternidade.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 01/2.005:



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

I – as alíneas “f”, “h”, e “i” do inciso I, do art. 19;

II – a alínea “b” do inciso II, do art. 19;

III – os incisos I e III do art. 57;

IV – os arts. 27 ao 33;

V – os arts. 36 ao 50;

VI – os arts. 54 ao 56.

Art. 6º Esta lei entra em vigor, revogando as disposições em contrário:

I – para a nova redação dada aos incisos I e II do art. 82, a partir do primeiro dia subsequente aos 90 (noventa) dias posteriores à sua publicação;

II – nos demais casos, na data de sua publicação.

Parágrafo único. As contribuições previdenciárias vigentes ficam mantidas até o início do prazo mencionado no inciso I deste artigo.

Bom Despacho, 1º de fevereiro de 2.021, 109º ano de emancipação do Município.

Bertolino da Costa Neto
Prefeito Municipal